

Resenha de: Guimarães, Eduardo. *A História da Gramática no Brasil*. São Paulo: Blucher, 2016.

ALEXANDRE LANA LINS PEIXOTO

Aluno da Licenciatura em Letras
Centro Universitário Newton Paiva
E-mail: alexandre@lanns.com.br

O livro “Rumos da Linguística Brasileira no século XXI”, dos organizadores Lucrécio Araújo de Sá Júnior e Marco Antônio Martins, em um trabalho conjunto com a Associação Brasileira de Linguística (Abralin), traz questões voltadas à historiografia linguística, aos estudos de variação e das mudanças linguísticas e da gramática. O livro apresenta discussões relevantes em pauta neste início do século XXI, que resultam em importantes pesquisas já consolidadas e abrem novos caminhos para o estudo linguístico no Brasil. O capítulo em questão foi proposto para reflexão no âmbito do grupo de pesquisa “*Diversidade linguística, avaliação subjetiva e respeito linguístico*” (Div.AR)¹, bem como da disciplina de Laboratório de Aprendizagem I cujo foco recaiu sobre discussões concernentes a variação e normas linguísticas.

O capítulo dois, da obra citada, cujo título é “**A História da Gramática no Brasil**”, é de autoria do professor Eduardo Guimarães e se propõe analisar os debates em relação à diversidade linguística, histórica e social. O autor sugere aos leitores um estudo “(...) tomando como ponto de partida o momento da colocação em curso da gramatização da língua portuguesa no Brasil, no século XIX” (Guimarães, 2016, p. 44). Para isso, as obras analisadas pelo autor foram: *A Gramática Secundária da Língua Portuguesa* (Said Ali) / 1924, *O linguajar carioca* (Antenor Nascentes) / 1922 e *O dialeto Caipira* (Amadeu Amaral) / 1920.

Sobre “*A Gramática Secundária da Língua Portuguesa*”, Guimarães ressalta que o autor da obra, Said Ali divide as gramáticas de maneira que a gramática histórica se opõe a gramática descritiva e “no interior da gramática descritiva, opõe a gramática prática e gramática científica” (Guimarães, 2016, p.45). A histórica representa um tempo passado e a descritiva analisa um tempo presente. Assim, o professor reflete que:

“(...) esse procedimento faz significar um passado de sentidos da história da gramática. Essa história, mesmo que não dita, funciona como sustentação das distinções apresentadas e projeta um futuro no qual se deve formular e desenvolver a gramática científica” (Guimarães, 2016, p.45).

Guimarães, ao comparar o estudo de Ali, com outros dois gramáticos da mesma época (século XIX), Júlio Ribeiro (1881), que defende a ideia da exposição

¹ Projeto financiado pelo Centro Universitário Newton Paiva (CNP)

metódica dos fatos da língua na Gramática e Pacheco Silva e Júnior e Lameira de Andrade (1887), que entendem a Gramática como o estudo dos fatos e das leis da linguagem escrita e falada; afirma que Said Ali assume o lugar dos dois tipos de gramática defendidos pelos autores citados acima. Sobre este aspecto, a obra destaca que Ali acaba por produzir um lugar no domínio da gramática no Brasil. Com isso, Guimarães ressalta que Said Ali tem como objeto de seu trabalho a língua nacional. Para o autor: “não se pode estabelecer normas de bom uso de uma língua passada. Só se pode estabelecer normas para o uso de uma língua contemporânea das normas, ou elas não são normas” (Guimarães, 2016, p.47).

Sobre o livro “O linguajar Carioca”, do autor Antenor Nascentes (1922), Guimarães sinaliza que o autor estuda, detidamente, a variação entre a língua falada no Brasil e a de Portugal. Nascentes (1922), em suas análises, acaba por caracterizar a língua de Portugal como a língua da “antiga Metrópole”. Guimarães defende a ideia de que “a relação da língua do Brasil e de Portugal é posta como uma relação política, entre duas línguas nacionais”. (Guimarães, 2016, p.48). O autor esclarece que Nascentes, em seu livro, diferencia a língua entre os países com base na variação linguística carioca, evidenciando o estudo da língua brasileira. O autor do capítulo, em seu estudo, entende que Nascentes:

“(…) do seu lugar específico de cientista, toma como argumento decisivo a ‘relação das línguas com estruturas diferentes faladas por falantes destas línguas’. Ele põe, assim, no centro da questão, a relação entre línguas e seus falantes como decisiva para a inevitável mudança. E isso traz, nos termos dele, os aspectos etnológicos envolvidos na variação.” (Guimarães, 2016, p.51).

Finalmente, no livro “O dialeto caipira”, de Amadeu Amaral (1920), Guimarães destaca que o estudo do autor é sobre a caracterização de uma variante no interior do português do Brasil e que o falar caipira, até cerca de 25 anos atrás, dominava a grande maioria da população estendendo a sua influência à própria minoria culta. Guimarães ressalta que para Amaral, o dialeto iria desaparecer devido às grandes alterações do meio social daquela época, como, por exemplo, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, afastando a convivência cotidiana dos brancos com a população negra e o crescimento da população mesclando com novos elementos, entre outros. Para o professor, o argumento decisivo do Amaral é o da civilização e instrução, “o que caracteriza o dialeto caipira e seus falantes como não civilização, ou nos termos do próprio Amadeu Amaral, como coisa de ‘os roceiros ignorantes e atrasados’.” (Guimarães, 2016, p.53).

Em sua conclusão, Guimarães coloca em lados opostos o autor Said Ali, com seus estudos sobre a língua normatizada, e de outro; as posições de Nascentes e Amaral, que “(…) assume, então, uma configuração específica, a tomada de posição sobre o português como língua nacional do Brasil, porque há “alterações” que distinguem a língua do Brasil da língua de Portugal” (Guimarães, 2016, p.54). O autor entende que não se pode afirmar quais questões são verdadeiras ou falsas, pois, para o professor, o interessante do estudo dos três autores é o significado do embate teórico da conjuntura. De acordo com Guimarães: “Não há uma exclusão de uma posição por outra, eles estão em debate naquela conjuntura e ainda hoje. E permanecerão em debate” (Guimarães, 2016, p.55). O autor ressalta que as políticas linguísticas precisariam levar em questão esse debate historicamente, assim, ao sair do embate do “verdadeiro e falso”, a discussão sobre a língua normatizada e inculta no aspecto histórico e social não seria dogmatizada e seria mais proveitosa.

O professor, em seu estudo, alerta aos estudantes e professores do Curso de Letras, ou mesmo os que se interessam no estudo das línguas, especialmente a

Portuguesa, que sempre houve um debate em relação à norma culta e à inculta e suas variações linguísticas. Sugere-se, ao leitor, o aprofundamento sobre o preconceito com o “Português Não Padrão”, que está enraizado em nossa cultura até hoje, principalmente de uma classe mais privilegiada. Ao se deparar com a Linguística sabe-se que não é assim. É preciso defender o uso de determinados padrões, de acordo com a situação comunicativa em que o falante está inserido. Um jovem deve entender que utilizar variantes linguísticas não prescritas pela gramática em seu ambiente informal não é inadequado, assim como não é adequado utilizar essas mesmas variantes na produção de uma redação em um concurso público. O preconceito linguístico está intimamente ligado ao preconceito entre as classes e isto é visível e já bem documentado na literatura sociolinguística, a saber: Bagno (2000). Uma pessoa que tem boas noções de Gramática poderá se achar superior àqueles que tem pouco estudo, dando-lhe um falso direito de corrigir ou até mesmo ridicularizar o modo de falar do outro. Os falantes têm direito à variação linguística de modo que esta representa sua identidade social e cultural (Sene, Silva, 2022).

Tendo isso em vista, a partir das reflexões propostas via o capítulo resenhado, reitera-se que a missão do professor de Português é clarear essa situação: dependendo do lugar, da circunstância em que a pessoa estiver pode-se falar o tão “temido” português “não padrão”. Além disso, como à variação linguística é um direito dos falantes, vale conscientizar as pessoas que em determinadas culturas e que em determinadas regiões ao se falar de maneira própria é enriquecer a história daquele local, sem desprezar a língua padrão.

Tal como se aprende com o capítulo de Guimarães, a discussão da história da gramática e questões referentes à variação linguística não implica remontar se deve ou não ensinar gramática ou, ainda, se é adequado ou não o uso de uma forma ou de outra. O interessante é compreender como historicamente esse debate se configura ao longo da pesquisa linguística e, sobretudo, como ele é importante para pontuar espaços de discussões diferenciados: de um lado discussões sobre a língua nacional do Brasil como uma língua que se diferencia da língua portuguesa e, do outro lado, reflexões sobre mudança linguística que podem ser importantes para diferentes ocasiões de ensino e de política linguística.